

# A legalização da dualidade no ensino técnico brasileiro: um estado do conhecimento sobre o Decreto nº 2.208/1997

Ana Paula Marinho de Lima<sup>[1]</sup>, Francisco das Chagas Silva Souza<sup>[2]</sup>, Leonor de Araújo Bezerra Oliveira<sup>[3]</sup>

[1] ninapaula01@hotmail.com. [2]chagas.souza@ifrn.edu.br. [3]oliveira.leonor@ifrn.edu.br. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

## RESUMO

A década de 1990 foi palco de transformações significativas nos âmbitos econômicos, sociais e educacionais. No que concerne à educação, especialmente, à educação profissional e tecnológica, foi nessa década que entrou em vigor o Decreto nº 2.208/1997, assinado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, no âmbito da Reforma da Educação Profissional e Tecnológica. Como principal consequência desse Decreto, citamos a separação entre o ensino técnico e o ensino médio, tornando legal a histórica dualidade, fato que perdurou até a sua revogação pelo Decreto nº 5.154/2004, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse artigo, fazemos um levantamento das publicações acadêmicas a respeito do Decreto nº 2.208/1997 com base no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A pesquisa exploratória foi realizada a partir de 14 trabalhos, sendo 12 dissertações e 2 teses. Os estudos analisados tiveram como foco os impactos trazidos pelo referido Decreto. Constatamos que as mudanças foram compreendidas pelos autores como um retrocesso para a educação profissional e tecnológica, uma vez que acabou por reforçar a dualidade existente entre educação propedêutica e a formação geral.

**Palavras-chave:** Decreto nº 2.208/1997. Ensino técnico. Educação profissional e tecnológica. Política educacional.

## ABSTRACT

*The decade of 1990 was the scene of significant transformations in the economic, social and educational realms. Regarding education, especially Vocational and Technological Education, the Decree number 2,208/1997, signed by the former President Fernando Henrique Cardoso took effect in the scope of Vocational and Technological Education Reform. As the main consequence of this Decree, we have mentioned the separation between Technical Education and Secondary Education, a fact that lasted until its revocation by Decree 5,154/2004, signed by President Luiz Inácio Lula da Silva. In this article, we carried out a survey of the academic publications regarding the Decree number 2,208 / 1997 based on the Catalog of Thesis and Dissertations of CAPES. The research was based on 14 projects, being 12 dissertations and 2 theses. The studies analyzed focused on the impacts brought by the Decree number 2,208/1997, which were understood by the authors as a setback for vocational and technological education, since it consolidated the duality existing between education and general training.*

**Keywords:** Decree number 2,208/1997. Educational politics. Vocational and Technological Education.

## 1 Introdução

Na década de 1990, sobretudo nos dois mandatos do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), foram realizadas significativas reformas no setor econômico e educacional, sob o pretexto de tirar o Brasil da crise financeira agravada na década de 1980 e reposicionar o país no percurso do desenvolvimento econômico, desta vez, impulsionado pelo processo de globalização e do fortalecimento do neoliberalismo. Nesse governo, mediante aliança com organismos multilaterais, e sob o discurso de garantia da redução da miséria e do acesso ao mercado de trabalho, fortaleceu-se um processo que já ocorria há décadas, adotando uma série de medidas políticas baseadas na lógica do mercado, na diminuição de custos e no aumento da produtividade.

É nesse cenário que se efetiva a Reforma da Educação Profissional e Tecnológica dos anos 1990. Como aparato jurídico para tal ato, o presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Decreto nº 2.208, em 17 de abril de 1997, cujo objetivo era regulamentar o inciso 2 do artigo 36 e os artigos 29 a 42 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1997a).

Esse Decreto possibilitou a separação entre o ensino médio e o técnico. Vale destacar que a decisão de fazer essa separação, via decreto, alterando a LDB, representou, mais uma vez, a oficialização, por meio de documentos, da dualidade na educação brasileira, na medida em que as universidades estavam destinadas à elite e a formação rápida e técnica à classe trabalhadora voltada para a inserção no mercado. Reproduzia-se, novamente, as distinções sociais nas políticas públicas voltadas para o ensino técnico.

O Decreto nº 2.208/1997 gerou inúmeras discussões e críticas entre os educadores e pesquisadores mais progressistas da área de educação, sobretudo aqueles ligados ao campo Trabalho e Educação, a maioria dos quais pertencentes ao Grupo de Trabalho 9 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

Por compreendermos a importância que teve o Decreto nº 2.208/1997 para os rumos tomados pelas instituições de educação profissional e tecnológica, alterando currículos, ofertas e gestão, buscamos, neste trabalho, mapear e analisar as publicações acadêmicas sobre a reforma da educação profissional e tecnológica, regulamentada pelo referido Decreto. Para isso, realizamos uma pesquisa exploratória

tomando como base as dissertações e teses elaboradas nos Programas de Pós-Graduação em Educação, a partir dos dados disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Por conseguinte, este artigo se caracteriza como um estado do conhecimento, tomando por princípio a definição de Romanowski e Ens (2006). Para as autoras, esse tipo de pesquisa aborda somente um setor de publicações sobre o tema estudado, distinguindo-se da pesquisa do tipo estado da arte, embora ambas tenham o mesmo objetivo, o “[...] de compreender como se dá a produção do conhecimento em uma determinada área de conhecimento, como em teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos de periódicos e publicações” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39). Além disso, segundo as autoras, a atribuição desse tipo de pesquisa está na contribuição durante a construção do campo teórico de uma área de conhecimento.

Abraçamos, como tipo de pesquisa, um método misto que aborda tanto os aspectos qualitativos quanto os quantitativos, por obter uma compreensão mais aprofundada sobre o tema pesquisado e também por não defendermos uma oposição entre as abordagens qualitativa e quantitativa, como ressaltam Minayo e Sanches (1993).

Este artigo encontra-se dividido em duas partes: na primeira, discorreremos acerca da Reforma da Educação Profissional e Tecnológica advinda pela implantação do Decreto nº 2.208/1997. Na segunda, apresentamos e discutimos os resultados obtidos com a realização do levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

## 2 A Reforma na Educação Profissional e Tecnológica nos anos 1990: a criação do Decreto nº 2.208/1997

Na década 1990, a sociedade brasileira passou por transformações, principalmente no que diz respeito às políticas públicas voltadas para a educação, oriundas das mudanças ocorridas no setor econômico e resultantes do aprofundamento da globalização e do capitalismo flexível. Nesse momento, o Estado, cada vez mais, passou a exercer um papel mínimo e voltado à lógica do mercado.

No tocante à educação, por meio de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM), o governo federal

declarou uma série de medidas que alteraram profundamente a educação profissional e tecnológica e alinharam o Brasil ao ideário neoliberal. Esse fato demonstra que, como afirmam Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), as políticas públicas não são inertes ou criadas a partir de iniciativas abstratas, mas sistematicamente aplicadas no trajeto dos conflitos sociais, enunciando a habilidade gerencial de implementação das decisões do governo.

Um dos motivos sustentados pela reforma, e que justificava a desvinculação do ensino médio do técnico, era a alegação da contenção de gastos. Conforme Lima Filho (2002), de acordo com as orientações dos organismos internacionais, os cursos, além de terem uma duração muito longa, não atendiam às demandas dos setores produtivos, ou seja, não formavam mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

Lima Filho (2002) observa que, a partir da análise realizada pelos organismos internacionais, o Ministério da Educação (MEC) passou a se preocupar com a racionalização dos investimentos, sob o pretexto de otimizar a relação custo benefício, levando o então Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, a apresentar o Projeto de Lei nº 1.603, em 5 de março de 1996, adotando as recomendações das organizações internacionais. De acordo com Lima e Santos (1996, p. 46), esse PL contribuía “para manter o país em condição subalterna no processo de globalização econômica, apontando para as perspectivas também graves de perda de autonomia de gestão, tanto pedagógica como administrativa”.

Na mesma época, tramitava, na Câmara dos Deputados, o projeto da LDB. Conforme Martins (2000), as entidades educacionais haviam conseguido garantir, no texto do substitutivo ao projeto da nova LDB, suas reivindicações de cunho progressista, porém, o texto original do projeto da nova Lei foi alterado por inúmeras retificações. Em 1997, Fernando Henrique Cardoso vence a eleição à Presidência da República e aprova a nova LDB a partir dos preceitos do substitutivo que compreende os interesses do capital.

Assim, o ensino técnico, que na nova LDB havia ganhado nova denominação — Educação Profissional e Tecnológica —, foi apresentado separado dos níveis de ensino e passou a ser considerado como uma modalidade de ensino. No artigo 39 dessa Lei, fica clara a sua finalidade de desenvolver aptidões para a vida produtiva: “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e

à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 1996).

Dentre as mudanças previstas na nova LDB, está a do artigo 40, o qual propõe que a educação profissional e tecnológica seja articulada com outras modalidades de ensino: “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (BRASIL, 1996).

Diante disso, o Projeto de Lei nº 1.603/1996 tornou-se dispensável, pois, como assinala Martins (2000), com a aprovação da LDB, em 1996, o governo federal passou a ter o poder legal de regulamentar a educação profissional e tecnológica por meio de decreto. Desse modo, foi retirado o referido PL em fevereiro de 1997 e, em seguida, o presidente Fernando Henrique Cardoso edita o Decreto nº 2.208, em 17 de abril 1997, determinando, dentre outras coisas, a separação entre o ensino médio e o ensino técnico.

O Decreto nº 2.208/1997 regulamentou o inciso 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da LDB/1996. Destacamos do referido Decreto o artigo 5º, por especificar que “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio” (BRASIL, 1996).

Ainda em 1997, em 14 de maio, foi publicada a Portaria nº 646, que viabilizou a implementação dos princípios do Decreto nº 2.208/1997 na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 1997b). Conforme o artigo 3º dessa Portaria, fica definido que “as instituições federais de educação tecnológica ficam autorizadas a manter o ensino médio, com matrícula independente da educação profissional, oferecendo o máximo de 50% do total de vagas oferecidas para os cursos regulares em 1997 [...]” (BRASIL, 1997b). Dessa forma, fica reduzida a oferta de ensino médio nas instituições federais, levando à abertura de cursos prioritariamente profissionalizantes.

Tanto o Decreto nº 2.208/1997 quanto a Portaria nº 646/1997 foram alvos de críticas por intelectuais e estudiosos da educação profissional e tecnológica no Brasil ao defenderem o trabalho como princípio educativo e lutarem contra a separação entre a formação geral e a profissional, agora oficializada por decreto.

Tal circunstância persistiu até 2004, quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto nº 5.154, em 23 de julho de 2004, reinstaurando a possibilidade da articulação entre o

ensino médio e o técnico, que, dessa data em diante, passou a poder ocorrer por meio das formas integrada e concomitante. Aliás, importa destacar que o Decreto nº 5.154/2004 manteve as formas concomitante e subsequente na oferta dos cursos técnicos de nível médio, desagradando a muitos educadores que desejavam o fim de todas as determinações presentes no Decreto nº 2.208/1997.

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 37), o Decreto nº 5.154/2004, mesmo com algumas ressalvas, “é a consolidação da base unitária do ensino médio, que comporta a diversidade própria da realidade [...]”. Ainda para esses autores, em termos formais, esse Decreto busca reestabelecer as condições políticas, jurídicas e institucionais que se pretendia desde a disputa quando da elaboração da LDB na década de 1980, e afirmam que, para o futuro, a resolução dessa disputa poderia encaminhar-se para a consolidação ou superação do dualismo na educação profissional do Brasil.

### 3 O Decreto nº 2.208/1997 como objeto de pesquisa na pós-graduação *stricto sensu*

Considerando que a década de 1990 foi um período de significativas transformações geradas pelas políticas educacionais, guiadas pelo ideário neoliberal – em destaque, a reforma da educação profissional e tecnológica, por meio do Decreto nº 2.208/1997 e da Portaria nº 646/1997 –, procuramos conhecer como esse Decreto tem sido tratado como objeto de investigações acadêmicas em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Diante disso, realizamos uma pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES na primeira quinzena de fevereiro de 2019.

Em um primeiro momento, as dissertações e teses foram selecionadas a partir do descritor *decreto 2.208*, sem o uso de operadores booleanos, permitindo o acesso a 2.790 trabalhos.

Considerando que esse número elevado dificultaria a pesquisa e com o intuito de otimizar a investigação, decidimos refinar a pesquisa pelo termo “*decreto 2.208*” (entre aspas) e filtramos nossos resultados pelo nome do programa de pós-graduação - Educação. Destacamos também que não foi delimitado um espaço temporal para a pesquisa.

Desse modo, chegamos a um total de 32 pesquisas, das quais, 27 dissertações e 5 teses. Dos 32 trabalhos encontrados, apenas 13 continham a opção

“detalhes”, onde encontramos informações sobre o autor, instituição, resumo e o *link* de acesso. Os demais eram anteriores a 2013, e, portanto, anteriores à Plataforma Sucupira.

Em função disso, resolvemos procurar no *Google* as 19 pesquisas sem a opção “detalhes” nesse Portal, com a finalidade de fazermos *downloads* para a nossa análise. Infelizmente, 6 destas não estavam disponíveis, a saber: “A educação profissional e o ensino agrícola nas Escolas Técnicas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza” (CASTRO, 2003); “As Implicações do Decreto 2.208/97 na Escola Agrotécnica Federal de Manaus” (LIMA, 2007); “Políticas do Governo Federal para o ensino profissionalizante no Espírito Santo: a transformação da ETFES em CEFETS e as mudanças na prioridade de atendimento ao jovem e adultos” (SANTOS, 2009); “Transformações no mundo do trabalho e a Educação Profissional: um enfoque na inserção do nível básico de ensino no Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos dos Goytacazes/RJ” (MORAES, 2003); “A implementação da Reforma da Educação Profissional no CEFET/SP - Unidade de Sertãozinho (MARQUES, 2012)”; “Da macropolítica às contradições e desafios em nível local: descortinando o PROEJA FIC em Passo Fundo/RS” (XAVIER, 2013).

De posse da maioria das pesquisas encontradas (26), decidimos que a nossa primeira seleção seria a partir do título desses estudos, por compreendermos, como Ferreira (2002, p. 261) que, em geral, os títulos “[...] anunciam a informação principal do trabalho ou indicam elementos que caracterizam o seu conteúdo”. Todavia, percebemos que os títulos nem sempre destacavam o nome do Decreto, o que nos levava a ler os resumos dos trabalhos. Além disso, considerando que alguns desses resumos não nos forneciam informações precisas, resolvemos verificar os sumários, ler as introduções e as considerações finais para selecionarmos melhor os trabalhos a serem analisados.

Concluída essa etapa, elegemos 12 dissertações e 2 teses, por serem trabalhos que mostravam o Decreto nº 2.208/1997 como elemento central. Os estudos excluídos da nossa investigação tratavam do Decreto apenas ao se referir a um determinado fato, um histórico da educação profissional e tecnológica, ou seja, o Decreto, nesses trabalhos, era apenas um elemento secundário ou subsidiário nos textos.

No Quadro 1, apresentamos a relação dos trabalhos selecionados para nosso estudo depois de todo processo descrito anteriormente.

**Quadro 1** — Teses e dissertações selecionadas para análise

ANO	TÍTULO	AUTOR	IES
2004	A formação da classe operária na era da empregabilidade: as experiências do Colégio Metalúrgico-RJ (a formação profissional em tempos de neoliberalismo, nova LDB e reestruturação produtiva) (Dissertação)	VILARINHO JUNIOR, P. B.	UFF
2005	A Educação Profissional que não aconteceu em Mato Grosso (1995- 2002) (Dissertação)	CAETANO, A. F. C.	UFMT
2006	A construção de um currículo por competências: o caso do Curso Técnico em Sistemas de Telecomunicações do CEFET-RS. (Dissertação)	ESLABÃO, L. C.	UFPEL
2007	Resgate histórico da função social da educação profissional brasileira, à luz do Decreto nº 2.208/97: um estudo do perfil socioeconômico do aluno do CEFET-RS. (Dissertação)	KRÜGER, E.	UFPEL
2007	Técnico em Agropecuária: servir à agricultura familiar ou ser desempregado da agricultura capitalista. (Tese)	GRITTI, S. M.	UFRGS
2008	A exclusão escolar nos cursos técnicos do CEFET-RS (1980-2006). (Dissertação)	PORTO JÚNIOR, M. J.	UFPEL
2011	Educação e trabalho: a reforma do ensino técnico-profissional proposta pelo governo federal nos anos 90, no plano global da reestruturação produtiva. (Dissertação)	SILVA, I.	UFMT

(continua)

(continuação)

2012	A Reforma da Educação Profissional: a dualidade assumida. (Dissertação)	GARCIA, J. C.	PUC-GO
2012	A formação técnica de nível médio na escola técnica do Agreste-PE. (Dissertação)	FREITAS, A. K. A.	UFPE
2012	Reestruturação produtiva e reforma da educação profissional no governo FHC (1994-2002): o Decreto nº 2.208/97 e o CEFET-PE. (Dissertação)	COSTA, I. J. G.	UFAL
2012	Técnico Agrícola: peão melhorado. (Tese)	CARVALHO, M. A.	PUC-GO
2013	As diretrizes curriculares para a educação profissional do estado do Paraná à luz dos princípios gramscianos: a implementação analisada sob a perspectiva docente. (Dissertação)	ESTACHES, K. J.	UEPG
2014	Processos históricos do campus Jaraguá do Sul-IFSC impacto das políticas públicas na Educação Profissional. (Dissertação)	MORAES, I. L. S.	UNI-VILLE
2015	Avanço ou retrocesso na educação profissional da fundação de apoio à escola técnica do estado do Rio de Janeiro – FAETEC (Decreto Federal nº 5.154/04). (Dissertação)	GONÇALVES A. T.	UFF

Fonte: Quadro elaborado pelos autores a partir dos resultados da pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

Como podemos observar no Quadro 1, apenas duas dissertações fazem menção direta, nos seus títulos, ao Decreto nº 2.208/1997. As demais pesquisas usam termos que remetem às implicações advindas com a Reforma dos anos 1990, tais como: empregabilidade, dualidade, exclusão, currículo por competência, reestruturação produtiva, exclusão,

desemprego. Podemos perceber que alguns títulos destacam impactos negativos trazidos a partir da implantação dessa Reforma.

Buscando identificar de que maneira a Reforma e/ou o Decreto nº 2.208/1997 estão presentes e são tratados nos textos dessas teses e dissertações, procedemos uma leitura nos resumos e em algumas partes dos textos das pesquisas. Identificamos que, nesses estudos, os autores posicionaram-se a favor de uma formação humana e propedêutica para a educação profissional e tecnológica. Assim, defendem que a Reforma da década de 1990, por meio da implementação do Decreto, apenas distanciou essa modalidade de ensino desse tipo de educação.

Ainda com base no Quadro 1, percebemos que, dos 14 trabalhos analisados, 11 têm origem em universidades públicas, incluindo uma tese, sendo 10 federais e 3 privadas. Em seguida, está uma universidade estadual, com 1 dissertação. Esses números corroboram com as pesquisas que mostram as instituições públicas como maiores produtoras de pesquisas em nível de pós-graduação no Brasil. Esse fato pode ser constatado por matéria divulgada pela Academia Brasileira de Ciências (2019), onde se afirma que mais de 95% das publicações brasileiras, no período de 2011 a 2016, vêm das universidades públicas, federais e estaduais.

Conhecer as metodologias utilizadas pelos pesquisadores e quais são as instituições *locus* das investigações também foram objetivos da pesquisa, conforme detalhamos no Quadro 2.

**Quadro 2** — Metodologia e locus de pesquisa das teses e dissertações analisadas

ANO	TÍTULO	METODOLOGIA	LOCUS
2004	A formação da classe operária na era da empregabilidade: as experiências do Colégio Metalúrgico-RJ	Pesquisa qualitativa; levantamento de fontes primárias; entrevistas semiestruturadas	Colégio Metalúrgico Elpidio Evaristo dos Santos (CMEES)
2005	A Educação Profissional que não aconteceu em Mato Grosso (1995-2002)	Análise documental Método Científico Dialético	Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso.

(continua)

(continuação)

2006	A construção de um currículo por competências: o caso do Curso Técnico em Sistemas de Telecomunicações do CEFET-RS.	Pesquisa qualitativa Estudo do caso Entrevistas Semiestruturadas Grupos focais Análise documental	Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas/ CEFET-RS
2007	Resgate histórico da função social da Educação Profissional brasileira, à luz do Decreto 2.208/97: um estudo do perfil socioeconômico do aluno do CEFET-RS.	Dados do MEC/ INEP cruzados aos levantados no CEFET-RS	Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas/ CEFET-RS
2007	Técnico em Agropecuária: servir à agricultura familiar ou ser desempregado da agricultura capitalista.	Abordagem qualitativa Estudo de caso Questionários Análise documental Entrevista semiestruturada e a livre	Escola Estadual Agrícola Ângelo Emilio Grandó de Erechim
2008	A exclusão escolar nos cursos técnicos do CEFET-RS (1980-2006).	Materialismo Histórico	Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas/ CEFET-RS
2011	Educação e trabalho: a reforma do ensino técnico-profissional proposta pelo governo federal nos anos 90, no plano global da reestruturação produtiva.	Abordagem qualitativa Estudo de caso Análise documental Entrevistas	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/ IFMT
2012	A Reforma da Educação Profissional: a dualidade assumida.	Pesquisa qualitativa Análise documental	A pesquisa ocorreu em nível nacional
2012	A formação técnica de nível médio na Escola Técnica do Agreste-PE.	Pesquisa qualitativa Materialismo Histórico Dialético Pesquisa documental Entrevistas semiestruturadas	Escola Técnica do Agreste-PE

(continua)

(continuação)

2012	Reestruturação produtiva e reforma da Educação Profissional no governo FHC (1994 -2002): o Decreto 2.208/97 e o CEFET-PE.	Análise documental	Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco / CEFET-PE
2012	Técnico Agrícola: peão melhorado.	Materialismo Histórico-Dialético Pesquisa exploratória preliminar	Instituto Federal Goiano/ IF Goiano
2013	As diretrizes curriculares para a Educação Profissional do estado do Paraná à luz dos princípios gramscianos: a implementação analisada sob a perspectiva docente.	Pesquisa qualitativa Materialismo Histórico-Dialético Questionário	Cursos de Educação Profissional em nível médio (proposta pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná)
2014	Processos históricos do campus Jaraguá do Sul-IFSC impacto das políticas públicas na Educação Profissional.	Pesquisa qualitativa Análise documental, Entrevista Semiestruturada	Instituto Federal de Santa Catarina/ IFSC
2015	Avanço ou retrocesso na Educação Profissional da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC (Decreto 5.154/04).	Pesquisa qualitativa Análise documental Abordagem do ciclo de políticas Entrevista estruturada	Fundação de Apoio à Escola Técnica/ FAETEC

Fonte: Quadro elaborado pelos autores a partir dos resultados da pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

Quanto ao tratamento metodológico das pesquisas investigadas, ressaltamos que esse levantamento se configurou como um desafio, posto que, em alguns resumos, essas informações não estavam claras e, em outros, sequer eram citadas. Desse modo, por considerar os dados insuficientes, resolvemos realizar uma leitura da introdução e da metodologia dos 14 trabalhos. A partir disso, constatamos que, quanto ao referencial teórico-metodológico, alguns trabalhos explicitam sua opção pelo materialismo histórico-

dialético, enquanto outros, adotam-no, embora não o explicitem.

Uma dissertação utilizou como método de análise a abordagem de ciclo de políticas proposto pelo sociólogo inglês Stephen Ball, cujas contribuições são apresentadas por Mainardes (2006). Conforme este autor, Ball e alguns colaboradores, como Bowe, propõem um ciclo composto por cinco contextos: Contexto de Influência, Contexto da Produção de Texto, Contexto da Prática, Contexto dos Resultados (efeitos) e Contexto da Estratégia Política. Tais contextos estão inter-relacionados e não dispõem de uma dimensão temporal ou sequencial. Cada um deles apresentam arenas (lugares de disputas, discussão) e grupos de interesses (grupos que aspiram influenciar as políticas). Assim, o foco da análise de política, segundo Ball e Bowe, deveria assinalar a respeito da formação do discurso da política e da interpretação que os profissionais, atuantes no Contexto da Prática, realizam para relacionar a prática aos textos políticos (MAINARDES, 2006).

Quanto à abordagem adotada pelos autores das teses e dissertações, predomina a pesquisa qualitativa, que considera, na interpretação dos dados, que os eventos humanos discorrem, também, da subjetividade, criando múltiplas realidades, proporcionando inúmeras interpretações a respeito dos fenômenos do mundo real (BOGDAN; BIKLEN, 2010).

No que se refere às técnicas de pesquisa, observamos que a maioria dos trabalhos baseou-se em análise documental que, segundo Marconi e Lakatos (2010), tem nos documentos, escritos ou não, a sua fonte de coleta de dados. Esta pode ser realizada no instante em que o fato ou fenômeno ocorre, ou posteriormente.

Os principais documentos utilizados pelos pesquisadores para suas análises foram o Decreto nº 2.208/1997 e a Portaria nº 646/1997, ambos decisivos para que fosse efetivada a separação entre o ensino médio e técnico; o Parecer CNE/CEB nº 16/1999, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para Educação Profissional e Tecnológica; a Portaria nº 1005/1997, concernente ao Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), o qual teve como objetivo a implementação da Reforma da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil; o PL nº 1.603/1996 que pretendeu significativas modificações e reestruturação da educação profissional e tecnológica, mas foi arquivado depois da aprovação da LDB. Além desses

documentos, a Lei nº 9.394/1996 (LDB), que determina e regulariza a organização da nossa educação, sempre está presente nos textos das pesquisas aqui elencadas.

Outras ferramentas de construção de dados, utilizadas em 8 trabalhos, foram as entrevistas semiestruturada e estruturada, os questionários e as entrevistas livres.

Com relação às instituições que foram investigadas pelos autores, foi possível constatar que 7 delas são Institutos Federais, ou seja, à época, eram Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) (na década de 1990, com a Reforma da Educação Profissional e Tecnológica em curso, as Escolas Técnicas Federais passaram, aos poucos, a assumir uma nova institucionalidade, os CEFETs). Mais 5 instituições são escolas que ofertam cursos técnicos de nível médio, e 2 trabalhos tiveram como foco de investigação documentos e materiais bibliográficos.

Outro aspecto analisado foi a filiação institucional desses pesquisadores. Constatamos que dos 14 autores, 7 eram professores das instituições pesquisadas ou ministravam aulas em cursos técnicos ofertados por estados e municípios; 4 autores exerceram cargos nas funções de técnico administrativo, coordenação e presidente do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal; 2 autores não citaram nenhum tipo de vínculo para justificar a escolha do *locus*; e 1 autor relatou questões emocionais, as quais interpretamos como sentimento de pertença, como motivo para escolha da instituição pesquisada.

#### 4 Considerações finais

Nesse trabalho, realizamos um mapeamento da produção acadêmica no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, acerca da Reforma da Educação Profissional e Tecnológica, na década de 1990, em específico o Decreto nº 2.208/1997. Buscamos conhecer quantas pesquisas tiveram o referido Decreto como objeto de estudo, quais as origens desses trabalhos, quais os *locus* de estudos, em que eixo teórico-metodológico elas são estruturadas e qual a filiação institucional dos autores.

Os textos completos foram baixados, em sua maioria, via *Google*. Durante a realização das análises, algumas dificuldades se fizeram presentes, exigindo horas a mais de pesquisa: como os resumos dos trabalhos nem sempre são esclarecedores quanto aos objetivos, às metodologias e aos resultados, foi necessário realizar leituras em cada uma dessas

seções, inclusive nas considerações, para obter as informações que precisávamos.

Com a pesquisa, pudemos constatar que as transformações ocorridas na educação profissional e tecnológica, na década de 1990, não passaram despercebidas pela academia, pois muitas teses e dissertações trouxeram discussões pertinentes e instigantes sobre esse período da história da nossa educação, focando, em especial, no processo de efetivação do Decreto nº 2.208/1997, que, para esses pesquisadores, regulamentou a Reforma da Educação Profissional e Tecnológica nos moldes capitalistas, ou seja, para uma escola voltada apenas ao atendimento dos interesses do capital que era a formação de mão de obra qualificada.

Esse retrocesso foi apontado pelos 14 trabalhos analisados, o que nos motivou a verificar qual a filiação institucional desses autores, levando-nos a observar que, em 12 trabalhos, os autores afirmaram manter vínculo com as instituições *locus*, ou seja, as suas experiências como um dos motivos para realizar a pesquisa. Esse fato nos leva a refletir como a Reforma impactou de maneira negativa esses sujeitos, deixando, inclusive, um alerta, o de que uma reforma que prioriza os setores privados em detrimento dos direitos sociais e trabalhistas não pode servir aos interesses da sociedade.

É nesse sentido que uma análise das políticas públicas educacionais é pertinente, pois possibilita compreendermos o significado do projeto social do Estado e as incoerências de cada momento da nossa história. Estamos nos referindo, no caso, a uma década de retrocessos no que toca à oferta de uma educação pública plena para todos os cidadãos brasileiros.

Também constatamos que as principais instituições investigadas, de acordo com o tema aqui discutido, são os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, localizados, principalmente, na região Sul. Desse modo, a pesquisa realizada comprovou a carência de trabalhos dessa natureza no que concerne à região Nordeste.

Por fim, salientamos que o mapeamento da produção acadêmica no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, no que diz respeito à Reforma da Educação Profissional e Tecnológica, na década de 1990, gera ponderações acerca dos rumos dessa modalidade de educação e de ensino, posta na atual LDB, ao consideramos o atual cenário de mudanças trazidas pela política do governo federal para a educação brasileira, em fins da segunda década



do século XXI. Um exemplo disso, é a aprovação da Lei nº 13.415/2017, na qual o artigo 36 determina que “o currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos”, sendo um destes a formação técnica e profissional (BRASIL, 2017). Ou seja, mais uma vez, o governo brasileiro reestabelece, por instrumento legal, a histórica dualidade na nossa educação.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil. Rio de Janeiro, 15 abr. 2019. Disponível em: <http://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-responderem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>. Acesso em: 25 maio 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o §2.º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 1997a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm) Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria n.º 646, de 14 de maio de 1997. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal n.º 9.394/96 e no Decreto n.º 2.208/97 e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação e do Desporto, 1997b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf) Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta a implementação do disposto no § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências, Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm) Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização

dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e o decreto-lei n. 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a lei n. 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>. Acesso em: 28 set. 2019.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 2010.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.) Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2012. p. 21-56.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. Educação & Sociedade, Campinas/ SP, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

LIMA FILHO, D. L. A reforma da educação profissional no Brasil nos anos noventa. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

LIMA, M. C. N. B.; SANTOS, M. I. B. F. Considerações gerais sobre o projeto de lei 1603/96. Educação & Tecnologia, Belo Horizonte, p. 46-47, jul./dez. 1996.

MARTINS, M. F. Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão? Campinas: Autores Associados, 2000.

MARCONI, M.; LAKATOS, M. E. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr.2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 25 maio 2019.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo- Qualitativo: oposição ou complementaridade? Caderno de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul. 1993.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, dez. 2006.

SHIROMA, O. E.; MORAES, M. C.; EVANGELISTA, O. Política educacional. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.